



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

LUÍZA BARBOSA DOS SANTOS

CONSTRUINDO PONTES NO TEMPO: Estratégias para a implementação de uma Educação
Patrimonial em Abreu e Lima

Recife
2024

LUÍZA BARBOSA DOS SANTOS

CONSTRUINDO PONTES NO TEMPO: Estratégias para a implementação de uma Educação Patrimonial em Abreu e lima

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal Rural de Pernambuco, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Licenciada em História.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo de Aguiar Pacheco

Dedico este trabalho à minha mãe, Mirian, pelo amor, apoio e inspiração incondicionais ao longo de toda a minha jornada.

AGRADECIMENTOS

Chegar até aqui foi uma jornada intensa, cheia de desafios, mas também de muitas alegrias. E é impossível falar sobre essa conquista sem lembrar das pessoas que estiveram comigo em cada momento, me dando forças para não desistir. A vocês, minha gratidão de todo coração.

À minha mãe, que é o exemplo de superação e amor incondicional. Você sempre viveu por nós, abdicando de tudo pela nossa família. Sei que a vida não foi fácil para você, mas mesmo assim, nunca deixou faltar nada. Obrigada por ser essa mulher guerreira que me inspira todos os dias. Nada disso seria possível sem você.

À minha irmã, futura química, minha parceira de vida. Que privilégio é poder dividir tantas experiências com você. Nosso laço de sangue é indissolúvel, e sei que estaremos sempre lado a lado, apoiando e comemorando cada conquista. Tenho muito orgulho de quem você é e de tudo que ainda iremos alcançar juntas.

A Pedro, meu melhor amigo e irmão de coração. Aquele minicurso que fizemos juntos foi só o começo de uma amizade que, graças à UFRPE, se tornou uma parceria para a vida. Sempre disponível e prestativo, você é uma daquelas pessoas que a gente leva no peito para sempre. Obrigada por cada risada, cada conselho e cada momento. Quero estar do seu lado para sempre.

Sandy, minha amiga. Nossa amizade formou um trio que me trouxe risadas, acolhimento e muito amor. Sua sabedoria, carregada de ancestralidade, é gigantesca e me inspira todos os dias. Que sorte a minha ter cruzado seu caminho e aprendido tanto com você.

Kelson, meu amor, não tenho palavras para expressar toda a gratidão que sinto por você. Sempre ao meu lado, segurando as pontas nos momentos mais difíceis, sem você a concretização deste sonho não seria possível. Você é um pai e companheiro incrível, e sou muito grata por tudo que vivemos e conquistamos juntos.

Jonas, meu pequeno, eu sigo firme com o desejo de ser sempre maior por você e para você. Concluir essa graduação é uma das minhas metas para te oferecer o melhor que eu puder. Você é a minha maior motivação, e cada passo dado foi pensando em nosso futuro.

A todos vocês, que fazem parte da minha vida e estiveram comigo nesta jornada, o meu mais sincero obrigado.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	6
2 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: O QUE É, E DE ONDE VEM?.....	7
3 O PASSADO PRESENTE EM ABREU E LIMA.....	10
4 ESTRATÉGIAS PARA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: "INVENTARIAR ABREU E LIMA".....	13
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	16
REFERÊNCIAS.....	16

CONSTRUINDO PONTES NO TEMPO: Estratégias para a implementação de uma Educação Patrimonial em Abreu e Lima

BUILDING BRIDGES IN TIME: Strategies for implementing heritage education in Abreu e Lima

Luíza Barbosa dos Santos¹
Ricardo de Aguiar Pacheco²

Resumo: Este artigo busca propor estratégias para a implementação de uma Educação Patrimonial em Abreu e Lima, utilizando a metodologia de revisão bibliográfica com base nas publicações do IPHAN. O projeto, denominado "Inventariar Abreu e Lima" surge da necessidade de valorizar e preservar a história do município, promovendo a articulação entre a comunidade e seu patrimônio. A Educação Patrimonial é vista como uma ferramenta essencial para enfrentar a problemática da falta de instituições que preservem a memória local e o desconhecimento da população sobre sua própria história. O artigo apresenta um panorama da evolução da Educação Patrimonial no Brasil, analisa a trajetória histórica de Abreu e Lima, desde sua formação colonial até sua emancipação como município. As estratégias propostas envolvem a participação de alunos, familiares e a comunidade em atividades de levantamento, coleta, análise de fontes e divulgação, com o objetivo de fortalecer a identidade cultural e o sentimento de pertencimento dos moradores. Enfrentando desafios como a necessidade de recursos e apoio institucional, sugere-se a utilização de recursos da Lei Aldir Blanc do município para viabilizar o projeto. Conclui-se que a Educação Patrimonial pode contribuir significativamente para o desenvolvimento de várias esferas do município.

Palavras-chave: Educação Patrimonial. Abreu e Lima. Estratégias. Preservação.

Abstract: This article aims to propose strategies for the implementation of Heritage Education in Abreu e Lima, using the methodology of literature review based on IPHAN's publications. The project, titled "Inventariar Abreu e Lima" ("Inventory Abreu e Lima"), arises from the need to value and preserve the history of the municipality, promoting the connection between the community and its heritage. Heritage Education is seen as an essential tool to address the problem of the lack of institutions that preserve local memory and the population's lack of knowledge about their own history. The article provides an overview of the evolution of Heritage Education in Brazil and analyzes the historical trajectory of Abreu e Lima, from its colonial formation to its emancipation as a municipality. The proposed strategies involve the participation of students, families, and the community in activities such as surveys, collection, source analysis, and dissemination, with the aim of strengthening the cultural identity and sense of belonging among residents. Facing challenges such as the need for resources and institutional support, it is suggested to use funds from the municipality's Aldir Blanc Law to make the project feasible. The conclusion is that Heritage Education can significantly contribute to the development of various spheres of the municipality.

Keywords: Heritage Education. Abreu e Lima. Strategies. Preservation.

¹ Aluna do Curso de Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco. E-mail: luiza.barbosa@ufrpe.br

² Orientador – Professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Doutor em História. E-mail: ricardo.pacheco@ufrpe.br

1 INTRODUÇÃO

Abreu e Lima, apesar de ser um município relativamente jovem em termos de emancipação, possui uma história profundamente ligada à história colonial brasileira. No entanto, a falta de instituições que preservem essa memória, juntamente com o desconhecimento da população sobre sua própria história, representa um grande desafio para a preservação e valorização do patrimônio cultural da cidade.

A educação patrimonial é ferramenta essencial para enfrentar essa problemática, defendemos que ela é alfabetização cultural em consonância com as ideias do Guia Básico da Educação Patrimonial:

A Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da auto-estima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural. (Horta; Grunberg; Monteiro, 1996, p.4).

Ao promover o conhecimento e a valorização da história local, a Educação Patrimonial pode contribuir para o fortalecimento da identidade cultural da comunidade, para o sentimento de pertencimento e a preservação do patrimônio cultural.

Em 2024, a reinauguração da Praça da Bandeira, agora denominada Praça da Democracia em homenagem ao movimento das Diretas Já, percursor no município, evidenciou o desconhecimento sobre eventos históricos importantes da cidade. Comentários nas redes sociais evidenciaram esse desconhecimento, e por conseguinte a urgência de promover a Educação Patrimonial em Abreu e Lima.

A falta de promoção do patrimônio cultural pode resultar na perda de identidade cultural, dificuldade em atrair turistas e risco de perda do patrimônio cultural presente no município, patrimônio este que ainda é pouco explorado. Isso motivou a investigação e a proposta de estratégias para a implementação de uma Educação Patrimonial na cidade.

O objetivo geral deste artigo é propor estratégias de Educação Patrimonial para o município de Abreu e Lima, visando à preservação e valorização da história local e ao engajamento da comunidade. Para isso, definimos o conceito e a origem da Educação Patrimonial, analisamos a história de Abreu e Lima e sua relevância histórica diante do contexto colonial, e propomos estratégias práticas para a implementação de uma Educação Patrimonial no município.

Diante desse contexto, justifica-se a necessidade de desenvolver um estudo que proponha estratégias eficazes de Educação Patrimonial para Abreu e Lima. Buscamos contribuir para a construção de uma sociedade mais consciente e valorizadora de sua herança cultural.

A origem da cidade remonta à concessão da Sesmaria de Jaguaribe ao Feitor e Almoxarife Vasco Fernandes de Lucena, pelo donatário da capitania de Pernambuco, Duarte Coelho, resultando na fundação do Engenho Jaguaribe, pouco tempo Maricota e sucessivamente Abreu e Lima. A cidade esteve sob a jurisdição de Igarassu por 400 anos e, posteriormente, pertenceu ao município de Paulista por 47 anos.

Em 1982, Abreu e Lima obteve a condição de município autônomo, após um processo de emancipação respaldado por requisitos legais e um plebiscito local, com a data de 14 de maio declarada como feriado municipal em comemoração a esse evento. O nome da homenageia José Inácio de Abreu e Lima, um pensador dos trópicos e participante ativo das lutas pela independência nos territórios coloniais espanhóis, além de ter se envolvido na Revolução Praieira de 1848. Seu pai, Padre Roma, foi um dos líderes da Revolução Pernambucana de 1817. Entre a década de 70 ocorreu no município até então Paulista, o massacre da granja São Bento e na década de 80 o primeiro comício pelas Diretas Já, durante a Ditadura Militar.

A metodologia deste artigo baseia-se em uma revisão bibliográfica. A pesquisa foi conduzida utilizando bancos de dados acadêmicos como Google Acadêmico, SciELO, repositórios acadêmicos e a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BTD) e as publicações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). As palavras-chave utilizadas na triagem dos materiais incluem: "Educação Patrimonial", "Abreu e Lima" e "Patrimônio Cultural". Desde o final de 2023 até o início de 2024, selecionamos cuidadosamente artigos e materiais de referência, sem delimitação de ano, buscando especificamente aqueles que atendessem aos objetivos da nossa pesquisa.

Contudo, a primeira parte do artigo trata de compreender o que é a Educação Patrimonial e como ela evoluiu ao longo do tempo. Essa compreensão nos permitirá identificar as abordagens mais eficazes para aplicá-la em Abreu e Lima, valorizando sua história e patrimônio cultural. A segunda parte do artigo trata da trajetória histórica de Abreu e Lima, desde sua formação e desenvolvimento como parte do contexto colonial de Pernambuco até sua emancipação. Na terceira parte propomos estratégias práticas para a implementação de uma Educação Patrimonial em Abreu e Lima baseadas no Guia Básico de Educação Patrimonial e no projeto Mais Educação do IPHAN.

2 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: O que é, e de onde vem?

Apesar de já ter sido nomeado entre as décadas de 30 até 90 de diferentes nomes até ser chamado de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) isso não implicou na remoção das incumbências de atribuir valor aos objetos culturais que a instituição sempre teve, mas houve uma mudança específica na maneira como a autarquia atuava em diferentes contextos políticos da República.

Segundo Diniz e Pacheco (2020, p.17)

“Pensar a política pública de preservação e valorização do patrimônio cultural no Brasil implica, necessariamente, observar a trajetória do aparelho do Estado nacional dedicado a formular e implementar as ações de reconhecimento e valorização dos bens culturais em nível federal.”

Na década de 30, durante o Estado Novo criava-se uma burocracia que atuava na cultura, com um órgão preocupado também com o patrimônio. Para proteção desse patrimônio se estipulava o tombamento, e assim materializava-se uma identidade nacional, ainda com a ideia de herança do passado. Uma prática seletiva e legitimada pelo aparato administrativo e de intelectuais da instituição, com função de ser a favor ou contra o que seria tombado e resolver possíveis iminentes conflitos.

Atrelado a isso, também tivemos a publicação de materiais impressos para legitimar ideias debatidas pelo órgão, mas nesse momento a maioria dos bens tombados ainda eram edificações, como igrejas e fortes. A partir da década de 60, os tombamentos são aliados ao desenvolvimento econômico, como uma possibilidade positiva de retorno, as restaurações e conservações fariam agora parte do cenário urbano, levando em conta o potencial turístico que os locais poderiam vir a ter.

Esse crescimento se acentuava com maior visibilidade no Sudeste do que outras regiões. Esse cenário diminui quando acontece a ampliação do conceito de patrimônio cultural, que incorporava os bens culturais de natureza imaterial, era uma tentativa democrática de diálogo com a população.

Inicialmente no Brasil o conceito de Educação Patrimonial é introduzido a partir da década de 80 depois do I Seminário sobre o Uso Educacional de Museus e Monumentos organizado pelo Museu Imperial de Petrópolis. Essa nova proposta metodológica foi inspirada em uma metodologia desenvolvida na Europa e chamada de *Heritage Education*.

Além do Seminário um outro marco importante para difusão dessa metodologia foi o *Projeto Interação* proveniente de experiências desenvolvidas no âmbito do Centro Nacional de Referências Culturais – CNRC. Segundo Tolentino (2016, p. 42), “esse projeto buscava discutir as relações entre a educação e a cultura, comumente tratadas de forma isolada, e, concebendo a cultura no seu sentido antropológico, dava-se ênfase aos saberes e fazeres recriados e integrados aos conteúdos escolares.”

Em virtude desse importante encontro e através do incentivo do IPHAN o Guia Básico de Educação Patrimonial é publicado, o livro é um importante recurso para a Educação Patrimonial no Brasil, e visava promover a valorização do patrimônio cultural não só nos ambientes institucionais de preservação e salvaguarda do patrimônio, mas nas escolas e comunidades. O

papel que o guia teve é inegável pois por muito tempo foi o principal material de apoio para ações educativas realizadas pelo IPHAN.

Entendemos que encontrar um marco zero para introdução dessa metodologia centrada no patrimônio aqui no Brasil pode ser algo complexo, as práticas educativas já faziam parte da ação cotidiana dos museus desde o século XIX, mas revisitando a literatura sobre o tema o Guia e o Projeto Interação contribuíram para disseminação da Educação Patrimonial como uma estratégia positiva dentro das ações de preservação de patrimônio no Brasil.

O conceito de Educação Patrimonial adotado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional estabelece que:

[educação patrimonial] constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera, ainda, que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio. (IPHAN, 2014, p. 19).

Após a definição de Educação Patrimonial do IPHAN, o Guia, escrito por Horta, é estruturado para facilitar o uso prático e é dividido em várias seções que exploram diferentes aspectos do patrimônio e da Educação Patrimonial. Um dos objetivos da obra é sensibilizar e educar sobre o patrimônio cultural, associando bens culturais à vida cotidiana. Essa abordagem busca ir além da mera preservação estática de um lugar ou objeto, promovendo releituras diversificadas do que é considerado tradicional.

Os bens culturais são suportes vivos de uma localidade. O guia disponibiliza ferramentas para levar educadores a utilizarem o patrimônio cultural em sala de aula e com isso desenvolver um currículo menos ilustrativo e mais transformador.

Sobre a proteção do patrimônio cultural, a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 216, estabelece que:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

Quando falamos de Patrimônio Cultural, estamos buscando valorizar as ações humanas no tempo, muito mais que históricas e artísticas, mais culturais, fruto do processo dos vários sujeitos históricos e seus diferentes contextos.

A metodologia de Educação Patrimonial proposta pelo Guia é composta por quatro etapas. A primeira etapa, é de observação, através de exercícios de percepção visual e sensorial, identifica-se e compreende-se objetos e seus significados. A segunda etapa, é de registro, podem ser utilizados desenhos, descrições, fotografias para fixar o conhecimento e aprofundar a observação crítica, desenvolvendo a memória e o pensamento lógico.

A terceira etapa, de exploração, envolve a análise de problemas, levantamento de hipóteses e pesquisa em diversas fontes, desenvolvendo a análise crítica e a interpretação de evidências. A última etapa é de apropriação, que inclui recriar, reler os conhecimentos adquiridos através de diferentes formas de expressão, visando o envolvimento significativo do patrimônio cultural.

É inegável a importância da interdisciplinaridade para Educação Patrimonial. Nos ambientes formais de ensino muitas vezes trabalhar essa metodologia acaba dependendo do ensino de História para que a mesma aconteça, mas ela pode envolver diversas áreas em regime de cooperação.

Além disso, a participação comunitária e seu envolvimento verdadeiro é essencial para o processo efetivo de apropriação. O guia sugere diversas metodologias para a Educação Patrimonial como visitas, projetos e inúmeras atividades, disponibilizadas em várias fichas de possíveis usos e aplicações.

Diante do contexto histórico exposto, a concepção pedagógica de educação deve ser um processo contínuo, dialógico, de participação e transformação de todos, ela não pode ser neutra: “A proposta da pedagogia da autonomia insere-se numa tradição de uma ação pedagógica de transformação dos indivíduos e da sociedade, acentuando a sua dimensão libertária, não violenta e autogestionária dos processos” (Leite, 2023, p. 1).

A consciência não é concedida, ela surge do indivíduo e da sua interação com o território, com a cultura, a história e os outros, e isso deveria ser democrático. No Brasil, onde o acesso à cultura é limitado, a violência muitas vezes se torna um espetáculo. A Educação Patrimonial pode ser uma maneira de mudar essa situação, encarregando-se de pôr em prática uma cultura de paz.

3 O PASSADO PRESENTE EM ABREU E LIMA

Pernambuco não foi um sonho para Portugal, mas serviu como um modelo exemplar para os desejos coloniais portugueses da época. Inicialmente, a região foi explorada com coleta do pau-brasil, uma madeira valiosa usada para extrair tinta vermelha. Além disso, o solo massapé era ideal para o cultivo da cana-de-açúcar e a instalação de engenhos, gerando assim inúmeras

riquezas para a coroa portuguesa. O local também foi um palco efervescente de contato entre indígenas, senhores de engenho, religiosos e africanos escravizados.

A chegada de Duarte Coelho em 1535 na região de Igarassu marcou o início do povoamento da Capitania de Pernambuco. Com a doação de novas parcelas de terra, chamadas sesmarias, o processo de colonização foi consolidado. Em 1540, Duarte Coelho doou a sesmaria de Jaguaribe a Vasco Fernandes de Lucena, cavaleiro da Casa Real e almoxarife-mor da fazenda real.

Vasco Fernandes de Lucena era uma figura estimada pelos indígenas, tanto que se casou com a filha de um dos líderes das aldeias locais. Este casamento foi crucial para manter alianças e se destacar em confrontos com inimigos da coroa, como os indígenas Caetés e estrangeiros, como os franceses. Devido a essas contribuições, Lucena recebeu terras que mais tarde se tornariam Igarassu, Paulista e Abreu e Lima.

Oito anos após receber as terras, o almoxarife-mor ainda não havia construído um engenho devido à falta de recursos financeiros. Com a ajuda de Duarte Coelho e apoio régio de D. João III, ele iniciou a exploração das riquezas locais, comercializando pau-brasil. Esse comércio possibilitou a construção do Engenho Jaguaribe.

Segundo Cardoso (2018), há poucas informações sobre os primeiros anos de funcionamento do engenho. Sabe-se que estava localizado na várzea do Rio Timbó, cercado por vegetação de mangue, restinga e Mata Atlântica, e em uma área de relevo montanhoso. O engenho permaneceu sob posse da família Lucena até o início do século XVI, quando a propriedade foi reconfigurada e, em 1573, dividida entre os filhos de Vasco Fernandes.

A chegada dos holandeses em Pernambuco impactou significativamente a configuração do engenho. Segundo Souza (2019), metade dos engenhos foram abandonados pelos moradores e muitos escravizados aproveitaram a oportunidade para fugir de seus senhores. Em 1674, o engenho ficou em ruínas, possivelmente devido ao abandono, conflitos locais ou saques. Após a expulsão dos holandeses, as terras passaram para as mãos dos beneditinos.

Por volta do século XVII, a ordem religiosa construiu as estruturas da Fazenda de São Bento. Como destaca Borges *et al.* (2006), era “uma importante e rendosa propriedade, com capela, casas de moradia, campos de cultura de mandioca, milho, arroz, e fornos de fabricação de cal”.

Posteriormente, o engenho chegou às mãos do inglês Henry Koster, que forneceu um vasto depoimento sobre as estruturas físicas e sociais da localidade. Segundo Koster (1978), ele tomou posse do engenho em 1812. Ao chegar, ele avistou a casa-grande, as senzalas, as bananeiras, a colina, o riacho e as árvores. Ele descreveu a propriedade dos beneditinos, a noite mal dormida na sacristia, os morcegos e corujas, e a boa recepção dos vizinhos que o divertiram durante sua passagem.

Através do rico depoimento de Koster em seu livro “Viagens ao Nordeste do Brasil”. sabemos que o engenho contava com uma capela, casa-grande, senzalas e pequenas moradas, era movido a água e possuía um armazém. A mão de obra escrava era insuficiente, forçando-o a recorrer à mão de obra assalariada. Após a partida de Koster, as informações sobre o engenho tornam-se escassas.

Conforme a cronologia histórica de Oliveira (2004), após a consolidação produtiva da exploração da Sesmaria, o Engenho Jaguaribe, fundado em 1548, foi vendido, abandonado, arrematado e hipotecado para particulares. A cronologia se encerra em 1904, quando a propriedade passou para a Companhia de Tecidos Paulista.

Nessa época, a região ficou conhecida como Maricota. Segundo Souza (2019), Maricota era um povoado que surgiu às margens da estrada que ligava a antiga Vila dos Cosmos, hoje Igarassu, e a Vila de Olinda. O nome apareceu pela primeira vez em 1784 em um documento de batismo. Conhecido pelo comércio, o povoado tornou-se uma parada obrigatória para viajantes que se deslocavam do norte ao sul, seja para pernoitar ou fazer refeições. O nome Maricota referia-se a uma comerciante local. Os bairros cresceram ao redor da estrada como raízes de uma árvore.

Antes de se tornar uma cidade, o local pertencia a Igarassu por muitos anos e depois a Paulista, como distrito, já com o nome Abreu e Lima. Na década de 1960, o nome Maricota foi alterado por meio de um projeto estadual que substituía nomes de locais ditos como “nomes anônimos”, por nomes de figuras consagradas. O nome "Maricota" soava pejorativo na época, sendo substituído por Abreu e Lima, um pensador dos trópicos e participante ativo das lutas pela independência nos territórios coloniais espanhóis.

Ao ganhar destaque como distrito e ter boa representatividade na Câmara, a relação de deputados a favor da emancipação política, com boa articulação entre eles e apoio popular, resultou na formação de uma nova cidade. Houve um movimento contrário a essa iniciativa, com discussões acirradas nas sessões. Todavia, o plebiscito de 1982 mudou esse cenário.

O apoio popular veio da esperança de dias melhores e vantagens em áreas como saúde, educação e segurança. Após acordos e oficialização, o dia 14 de maio, estampado na bandeira da cidade, foi decretado como dia comemorativo da emancipação e aniversário da cidade. Por meio de eleições, ações, novos bairros e indústrias, Abreu e Lima cresceu.

A região sofreu diversas mudanças, principalmente devido à expansão urbana no século XX. Essa ocupação deixou impactos duradouros no patrimônio cultural. No entanto, a falta de cuidados transformou a paisagem em um retrato do descaso do poder público e das empresas privadas, resultando em muitas estruturas históricas em ruínas. A devida restauração do patrimônio daria nova vida a esses locais históricos, mas é sem dúvidas o uso social adequado que permitiria que essa história continuasse a ser contada.

A identificação de alguns marcos históricos e culturais de Abreu e Lima resgata a importância histórica da cidade no contexto da história local de Pernambuco. Desde o período

colonial, com a exploração do pau-brasil e a implantação de engenhos de açúcar, até a influência das ordens religiosas e a resistência aos invasores estrangeiros, a cidade preserva um legado rico e diversificado.

Este patrimônio material, que inclui engenhos, igrejas e fazendas, representa não apenas a história local, mas também capítulos cruciais da história brasileira. É com base nessa memória valiosa que se fundamenta nossa proposta de Educação Patrimonial, visando conscientizar e envolver a comunidade na preservação e valorização de seu patrimônio. A próxima seção detalha as estratégias específicas para implementar um programa educativo eficaz que mescle história local e a trajetória histórica da cidade, garantindo que futuras gerações possam apreciar e proteger este legado cultural.

4 ESTRATÉGIAS PARA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: “INVENTARIAR ABREU E LIMA”

Ponderar pesquisar patrimônio cultural no tempo presente pode ser um desafio. Desde a publicação do Guia Básico de Educação Patrimonial o IPHAN avançou em termos de construção de conhecimento sobre Educação Patrimonial e uma possibilidade de interligar as pessoas em sua comunidade identificando e documentando bens culturais são as produções de inventários, sejam eles de referências culturais ou participativos.

O IPHAN produziu e publicou duas obras importantes dentro dessa temática patrimonial que guiaram as ideias deste artigo para a implementação de uma Educação Patrimonial em Abreu e Lima. Sendo elas o Inventário Nacional de Referências Culturais: Manual de Aplicação, publicado em 2000. E publicado recentemente, Educação Patrimonial: Inventários Participativos, de 2016.

De acordo com Filgueiras (2018, p.3),

“O Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) surgiu como uma ferramenta na identificação e documentação dos bens culturais brasileiros e, como consequência, passou a promover a preservação de tais bens, tanto materiais quanto imateriais.”

O Departamento de Identificação e Documentação (DID) patrocinou e fomentou encontros no Rio de Janeiro para apresentação de trabalhos e experiências de inventários pelo Brasil, experiências do próprio IPHAN e demais instituições.

Compilando os resultados desses encontros, o IPHAN publica a obra: Inventários de Identificação: um panorama da experiência brasileira. Tendo uma equipe multidisciplinar e condições favoráveis, se constrói e publica o Manual de Aplicação, fruto de um trabalho piloto e de experiências em campo, um guia na realização de inventários.

Como um alargamento dessas práticas, surgiram os Inventários Participativos, segundo Nito e Scifoni (2017, p.40), “uma ferramenta de ação educativa ou de Educação Patrimonial. Nele trabalha-se com a noção de referências culturais, que está definida como o conjunto de objetos, práticas e lugares aos quais os grupos sociais atribuem sentidos ligados à sua identidade, ação e memória.” Ou seja, identificar e documentar no espaço da comunidade que bens e práticas culturais trazem sentido, valor e afetividade para aqueles indivíduos.

O público que pode ser alcançado com os inventários são as comunidades locais, instituições culturais, educadores e estudantes. O objetivo geral do projeto é capacitar a comunidade para identificar, valorizar e preservar seu patrimônio cultural ativamente.

Para a realização de um inventário participativo é preciso conhecer as etapas e procedimentos que o constituem, sendo eles a de levantamento preliminar, identificação e produto final ou documentação. Antes de iniciar o projeto do inventário, que pode ser algo exaustivo, deve-se criar uma dinâmica em grupo e discutir conceitos importantes como patrimônio, memória, identidade e outros.

Entendido os conceitos e as categorias, como celebrações, saberes, formas de expressão, lugares e objetos, abre-se então um leque de possibilidades de referências culturais que poderão ser inventariadas pelo grupo. Considerando que para o IPHAN Referências Culturais constituem:

“são edificações e são paisagens naturais. São também as artes, os ofícios, as formas de expressão e os modos de fazer. São as festas e os lugares a que a memória e a vida social atribuem sentido diferenciado: são as consideradas mais belas, são as mais lembradas, as mais queridas. São fatos, atividades e objetos que mobilizam a gente mais próxima e que reaproximam os que estão longe, para que se reviva o sentimento de participar e de pertencer a um grupo, de possuir um lugar. Em suma, referências são objetos, práticas e lugares apropriados pela cultura na construção de sentidos de identidade, são o que popularmente se chama de raiz de uma cultura. (IPHAN, 2012, p.8)”.

Sabendo disso, é necessário organizar e planejar as atividades que serão desenvolvidas. Cada membro do grupo, divididos em equipes, pode se concentrar em tarefas específicas. A divisão de funções permite que várias tarefas sejam realizadas simultaneamente, com funções bem definidas, ficando assim mais fácil gerenciar o tempo e os prazos, podendo incentivar a cooperação e o trabalho em equipe, para que o resultado do projeto seja de qualidade.

Uma equipe precisará realizar o inventário, indicar pessoas e instituições, listar locais na cidade onde será realizado o inventário, as tarefas a serem desenvolvidas pelas equipes, pessoas e instituições com as quais entrará em contato para a coleta de dados. Se precisará de permissões, que equipamentos de registro serão necessários, quem ficará responsável pelo equipamento, planejar o deslocamento, estabelecer medidas de segurança e prazos, escolher as fichas do inventário que mais se adequam para cada etapa da coleta. São possíveis pontos a se pensar nessa fase inicial de organização.

Para a pesquisa e a coleta de dados, inúmeras fontes podem ser consultadas, desde livros, jornais, fotografias, centros culturais, arquivos, bibliotecas, museus e instituições culturais. Pode incluir também a realização de entrevistas com produtores e conhecedores das referências culturais. A pesquisa e a coleta dos dados para futura produção das fichas pode ser obtida por meio de entrevistas, então pessoas que conheçam ou vivenciam as referências pesquisadas.

No caso das entrevistas, como estamos lidando com uma fonte oral, os dados devem ser comparados com mais informações disponíveis, bibliotecas, museus, universidades, arquivos da prefeitura e outros. Sempre que se estiver realizando a coleta, deve-se listar quem fez o que. Ao lidar com entrevistas, é preciso ter em mente que será preciso explicar o objetivo do inventário, pedir permissão de imagem e som, ponderar respeito, pegar os dados da pessoa.

A fase de documentação nada mais é do que produzir conhecimento sobre as referências culturais pesquisadas através do preenchimento das fichas disponíveis no Manual de aplicação do IPHAN Educação Patrimonial: Inventários participativos, que foram previamente selecionadas na etapa de levantamento. É hora então de utilizar as anotações, fotografias, desenhos, gravações obtidas através da coleta de dados. Nessa fase, é essencial que as anotações tenham sido detalhadas e em bom número. Os materiais precisarão estar organizados e ficar seguros, então guardar fotos, criar pastas, fazer cópias e nomeá-las no computador, na nuvem, em um pendrive para que nenhum material se perca é importante.

Conforme o Manual de aplicação do IPHAN para Inventários Participativos, a divulgação do trabalho deve ser ampla e podem ser feitas mediante:

“exposições itinerantes produzidas com materiais de baixo custo; criação de blogs com os conteúdos, como forma de democratização e difusão da informação; atividades de educação patrimonial que visem mediar e promover o intercâmbio de experiências e dos resultados obtidos na realização dos inventários (IPHAN, 2016 p. 23)”.

A divulgação do inventário é fundamental para promover a democratização do conhecimento e o engajamento comunitário. No contexto de um projeto de inventário participativo no município de Abreu e Lima, direcionado para e com a comunidade, essa prática se torna ainda mais relevante. Através da divulgação, os cidadãos podem compreender e valorizar o patrimônio cultural local, desenvolvendo um vínculo mais profundo com sua identidade comunitária e adquirindo ferramentas para preservá-la e promovê-la, resultado de uma apropriação viva e significativa do patrimônio cultural.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou propor estratégias para a implementação de uma ação de Educação Patrimonial em Abreu e Lima, utilizando a metodologia de revisão bibliográfica. A proposta foi baseada nas publicações produzidas pelo IPHAN.

"Inventariar Abreu e Lima" surge da necessidade de valorizar e preservar a história do município, promovendo articulação entre comunidade e seu patrimônio. As estratégias mencionadas ao longo do artigo foram fundamentadas em experiências de Educação Patrimonial que acreditamos que se forem adaptadas ao contexto local podem ser bem-sucedidas.

Espera-se que, ao envolver alunos, familiares e a comunidade em atividades de levantamento, coleta, análise de fontes e divulgação, o projeto possa fortalecer a identidade cultural e o sentimento de pertencimento dos moradores que, ao identificarem em seus próprios contextos sua memória e cultura, possam se ver espelhados no que eles com propriedade identifiquem como algo de valor que merece ser preservado e divulgado.

Todavia, a implementação do projeto pode enfrentar alguns desafios, como a necessidade de recursos, apoio institucional e o engajamento da comunidade. É essencial estabelecer parcerias com escolas, instituições culturais e órgãos governamentais para viabilizar as ações propostas.

Os próximos passos incluem justamente a formação dessas parcerias e a captação de recursos. Uma sugestão viável é aproveitar os recursos disponibilizados pela Lei Aldir Blanc do município, que pode fornecer o apoio financeiro necessário para mobilizar a comunidade de forma multidisciplinar e permitir que o projeto saia do papel. Acreditamos que, muito além de tornar bens culturais, ao investir na Educação Patrimonial, será possível construir uma sociedade mais consciente de sua história e mais comprometida com a preservação de seu patrimônio cultural.

Conclui-se que a Educação Patrimonial é uma ferramenta chave para promover o conhecimento, a valorização e a preservação do patrimônio cultural de Abreu e Lima, contribuindo para o desenvolvimento de várias esferas do município. Este projeto, ainda em fase de proposta, representa um primeiro passo importante nessa direção, e espera-se que suas futuras implementações tragam resultados positivos e duradouros para a comunidade.

REFERÊNCIAS

BIONDO, F. Desafios da educação no campo do patrimônio cultural: casas do patrimônio e redes de ações educativas. 2015. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) –Iphan, Rio de Janeiro.

BORGES, L. E. P.; OLIVEIRA, C. A.; BARRETO, A. M. F. Análise difratométrica da matéria-prima usada na construção da Igreja de São Bento - Abreu e Lima - PE - Brasil. *Clio – Arqueológica*, Recife: UFPE, v. 21, 2006.

BRASIL. Constituição (1988). Artigo 216. Brasília: [s. n.], 1988.

CARDOSO, R. A. Resistência indígena na capitania Pernambuco: estudo sobre o contato através da tecnologia cerâmica na Sesmaria Jaguaribe no Litoral Norte. 2018.

DINIZ, R. P.; DE AGUIAR PACHECO, R. O patrimônio inventado sob a tutela do Estado. Patrimônio, povos do campo e memórias: diálogos com a cultura, a arte e a educação [online]. Mossoró: EdUFERSA, p. 17-31, 2020.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: inventários participativos: manual de aplicação / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; texto, Sônia Regina Rampim Florêncio et al. – Brasília-DF, 2016.

FILGUEIRAS, A. R. S. Desvendando um patrimônio: produção de um inventário participativo. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE SOCIOLOGIA DA UFS, 2., 2018, São Cristóvão, SE. Anais [...]. São Cristóvão, SE: PPGS/UFS, 2018.

FLORENCIO, S. R. Rampim et al. Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos. Brasília: Iphan, 2014.

FLORENCIO, S. R. R. Educação patrimonial: Programa Mais Educação. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica e Minc/Iphan, 2012.

HORTA, M. L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. Guia básico de educação patrimonial. Brasília: Iphan/Museu Imperial, 1999.

KOSTER, H. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978. p. 283-305.

LEITE, P. P. Educação patrimonial e pedagogia da autonomia. In: *Educação e museus: uma visão intercultural, inclusiva e integrada*. 2023.

OLIVEIRA, C. Memórias Perdidas da Sesmaria Jaguaribe. *V Encontro Nordestino de História/V Encontro Estadual de História*, 2004.

SCIFONI, S. Educação e patrimônio cultural: reflexões sobre o tema. In: TOLENTINO, Á. (org.). *Educação patrimonial: reflexões e práticas*. Caderno Temático de Educação Patrimonial nº 02. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, p. 30-37, 2012.

SILVA, E. M. V. A importância do inventário participativo na preservação do patrimônio cultural. *Revista Discente Ofícios de Clio*, v. 5, n. 8, p. 204-211, 2020.

SOUZA, F. A. L. De Maricota a Abreu e Lima: a história da cidade de Abreu e Lima/PE. Recife: CEHM, 2019.

TOLENTINO, Á. B. O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. *Educação patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas*. Caderno Temático, v. 5, p. 38-48, 2016.